



**Ofício 17/2024**

*Limeira, 10 de abril de 2024.*

**Ao**  
**Exmo. Sr. Vereador da**  
**Câmara Municipal de Limeira**

A U.S.T.L. (*União Sindical dos Trabalhadores de Limeira*) – formada por 11 sindicatos de trabalhadores de Limeira e uma confederação nacional de trabalhadores, com apoio de sindicatos profissionais do município, reunidos em 9 de abril de 2024 na sede do Stial (*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Limeira e Região*), vêm aqui manifestar profunda preocupação com os recentes ataques sofridos pela democracia brasileira, praticados pelo bilionário sul-africano Elon Musk, proprietário do X (antigo Twitter).

Tais ataques, que ofendem nosso sistema jurídico, as instituições, e tentam impor uma liberdade sem responsabilidade no campo da emissão de informações, tornam urgente a concretização de uma normativa brasileira, para efetiva regulação das chamadas Big Techs e o seu enorme poder de difusão de mensagens.

Para tanto, respeitosamente, as entidades sindicais solicitam, aos vereadores e vereadoras da Câmara Municipal de Limeira, sabidamente comprometidos com a democracia e a defesa das instituições, a aprovação de uma Moção de Apelo ao Congresso Nacional (Câmara e Senado) para a criação de uma normativa que discipline as Big Techs, responsabilizando-as por eventual desinformação criminosa.

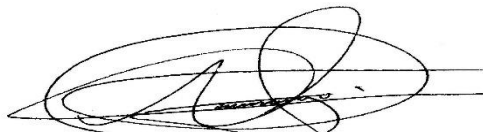
Nesta quarta (10 de abril), o presidente da Câmara Federal Arthur Lira praticamente sepultou PL 2.630/2020, o PL das Fakenews – amplamente debatida e já aprovada no Senado. Independente do caminho a tomar, precisamos urgentemente de uma legislação. A ausência de uma norma aprovada pelo Congresso Nacional faz com

que o Judiciário tome decisões, no sentido de coibir a desinformação e a propagação de conteúdo criminoso. Não é o cenário ideal.

A respeito do caráter de quem acusa “falta de liberdade de expressão”, importante notar que Elon Musk também é proprietário da empresa norte-americana Tesla, que fabrica carros elétricos. A maior montadora da marca fora dos Estados Unidos fica na China, sendo que ele nunca criticou o regime chinês, que inclusive proíbe o uso da rede social X no país. Ele não se atreveria. Da mesma forma com a Arábia Saudita, país onde o X é liberado, mas vive sob intensa censura. A Arábia já condenou pessoas à morte, por posts que criticam o governo de Mohammad bin Salman.

O Brasil não pode ser refém destas empresas, todas estrangeiras e detentoras de grande volume de recursos para a defesa pública dos seus interesses. Não somos terra sem lei, e precisamos de uma norma que coloque regras em seu apetite voraz. Uma legislação que puna efetivamente a desinformação, os ataques levianos à democracia e aos pilares do Estado Democrático de Direito.

*USTL e Sindicatos de Trabalhadores de Limeira reunidos em 9 de abril de 2024.*



**Artur Bueno C. Júnior**  
**Presidente**